

II Seminário Internacional sobre a conservação do lince-ibérico -Conclusões

Conclusões gerais

Entendemos que a espécie continua em estado crítico, detectando-se uma estabilização da população de Andújar-Cardena e uma ligeira tendência regressiva na área de Doñana. O seguimento contínuo que se vem a fazer nos últimos anos revela-se fundamental para conhecer não só a dinâmica da população mas também para validar os efeitos que têm as diferentes medidas de conservação que se estão a desenvolver.

Entendemos que se dever conhecer com maior detalhe como evoluem as populações de coelho-bravo, uma espécie em declínio acentuada, sobretudo pelas doenças de origem vírica. O seu papel crucial no ecossistema mediterrânico e especificamente para o lince, aconselha a pôr em marcha os mecanismos adequados que permitam uma maior coordenação entre organismos, instituições e administrações e organizações com interesse no coelho, assim como o estabelecimento de uma estratégia específica para aquele lagomorfo. É igualmente importante gerar informação suficiente para permitir dispor de ferramentas para um adequado maneiio da espécie, o qual supõem o consenso sobre metodologias comuns que possibilitem a elaboração de protocolos únicos, utilizáveis por todos os implicados.

A planificação do maneiio e uso do solo de zonas de lince é crucial para a sobrevivência da espécie, pelo que a conservação do lince deve ser prioritária na planificação destas áreas, o que exige uma coordenação entre as diferentes políticas com incidência territorial e conseqüentemente dos seus respectivos sistemas planificadores (urbanismos, estradas, agricultura, turismo, águas...). A Rede Natura 2000 pode ser um bom instrumento de gestão focalizado na conservação, pelo que deveria incluir, pelo menos, os habitats de lince estimados em 1990.

O programa de cria em cativeiro deve ser entendido como um apoio importante para a conservação futura da espécie, que deve contribuir para a manutenção da diversidade genética. As populações silvestres e cativas devem ser geridas como uma única unidade com o objectivo de aumentar as possibilidades de recuperação.

Toda a estratégia de conservação de espécies ameaçadas deve contemplar um âmbito de trabalho fundamental, referente à divulgação, consciencialização e educação ambiental, que deve ser coordenada e desenvolvida por especialistas em técnicas de comunicação e dinamização.

Conclusões dos Grupos de Trabalhos

No Seminário analisou-se a situação da espécie de forma global, estudando todos os aspectos que podem incidir na sua conservação.

Pormenorizadamente, seis grupos de trabalho analisaram aspectos directamente relacionados com o lince, com o coelho-bravo, as necessidades de habitat, a relação destas medidas com a reprodução em cativeiro, a divulgação, comunicação e aspectos financeiros.

1. É necessária a aprovação dos planos de recuperação consignados na lei 4/1989, de 27 de Março, assim como a revisão e aprovação da Estratégia Nacional somando os conhecimentos adquiridos ao longo dos últimos anos, assim como a aprovação do Plano de Acção em Portugal;
2. As populações actuais distribuídas em dois núcleos (Andújar-Cardena e Doñana) são muito pequenas e extremamente vulneráveis à extinção por factores estocásticos, daí a necessidade de incrementar o tamanho populacional recuperando territórios reprodutores perdidos nos últimos anos;
3. É preciso manter um sistema permanente de seguimento das populações de lince-ibérico, incluindo o controle das áreas de distribuição de 1990;
4. É necessário desenvolver trabalhos de radiosseguimento, fundamentalmente orientados ao conhecimento de áreas sugadouro e causas de mortalidade, assim como o efeito que estão a ter as acções de conservação sobre a espécie;
5. A manutenção de habitat adequado é uma das chaves para a conservação do lince, pelo que se considera imprescindível para a destruição e a perda da qualidade do habitat assim como reduzir as mortalidades não-natural.
6. Para aumentar a eficácia dos trabalhos realizados sobre os diferentes aspectos (seguimento das populações de lince, coelho etc.) assim como para melhorar a coordenação dos distintos sectores implicados na conservação do lince-ibérico, é básico dispor de protocolos únicos para todas e cada uma das questões em que se trabalha: seguimento das populações, manejo e recuperação de habitat, repovoamentos de coelho, divulgação e consciencialização.
7. Para melhorar a coordenação entre os sectores implicados (cinegético, conservacionista, proprietários, científico e administrações) seria necessário estabelecer uma estratégia comum de acção e coordenação dado que, apesar de se ter avançado muito nos últimos anos, ainda não se consolidou o suficiente os mecanismos postos em marcha, aprofundando-se a aplicação de convénios bilaterais para o desenvolvimento de estratégias de conservação.
8. A conservação do lince deve ser um critério de prioridade de primeira ordem nas políticas com incidência nas áreas de lince (distribuição de 1990) o que exige um esforço para melhorar a coordenação entre administrações e uma implicação directa da sociedade. Para isso propõe-se o estabelecimento do Pacto pelo Lince, de forma semelhante ao existente Pacto Andaluz, como uma ferramenta que consolide essa coordenação.
9. É imprescindível expandir e interconectar as subpopulações existentes, para isso devem-se sistematizar as actuações nas possíveis zonas de conexão, melhorando e recuperando o habitat.
10. Assegurar que a área de distribuição da espécie em 1990 (Espanha e Portugal) se encontra incluída na Rede Natura 2000 como medida para conservar as populações actuais e dispor de locais aptos para reintroduções e/ou translocações.
11. Identificar, mediante oportunos estudos prévios, melhorar e preparar o habitat por parte das CCAA e Portugal de maneira a que em 2010 se disponha de lugares adequados para começar a criação de novos núcleos populacionais de lince, tendo em conta as recomendações da IUCN.
12. Considera-se necessário construir novos centros de reprodução em cativeiro em número e qualidade suficientes, de acordo com o protocolo de organização dos centros de reprodução, oferecendo a participação a Portugal. Para isso, é conveniente, como passo prévio, dispor de informação

actualizada e em detalhe e realizar trabalhos sobre habitat adequados para reintroduções/translocações.

13. É necessário conhecer a diversidade genética das populações de lince, uma informação básica para o seu manejo e para dirigir as capturas de lincos para a reserva genética ligada ao programa, daí a necessidade de estudar a genética das populações cativas e silvestres incluída na reserva genética em amostras, peles, restos ósseos ou exemplares naturalizados.
14. Actualizar o modelo do efeito de extracção de exemplares com dados populacionais mais recentes.
15. Incrementar as populações de coelho mediante o manejo de habitat, repovoamentos, gestão de populações, controle de doenças e mediante o estabelecimento de medidas legais, que resumem o conhecimento científico na gestão de coelho.
16. Melhorar os conhecimentos sobre a ecologia do coelho e os seus problemas, assim como a coordenação e o intercâmbio de informação, criando um grupo de trabalho específico sobre a espécie uma estratégia própria.
17. Destacou-se a importância que tem o sector escolar para a futura conservação do habitat e espécies propondo-se a incorporação de unidades didácticas específicas centradas em espécies ameaçadas e particularmente no caso do lince-ibérico.
18. Melhorar a coordenação dos trabalhos de divulgação, comunicação, criando uma figura cujo âmbito deve ser nacional, assim como uma estratégia específica de comunicação e divulgação.
19. É preciso conhecer a atitude da população face ao lince assim como a valoração da eficácia que estão a ter as campanhas de divulgação postas em marchas.
20. Os fundos públicos devem continuar a ser fundamentais para a conservação do lince, pelo que se deve continuar a procurar diferentes mecanismos que assegurem o aprovisionamento dos referidos fundos. Resultam particularmente importantes os fundos que se habilitem para o financiamento da Rede Natura.
21. Tendo em conta que o lince-ibérico deve ser considerado como um património da humanidade, recomenda-se explorar linhas de financiamento novas que não recaiam directamente sobre as CCAA, explorando desde o financiamento privado à manutenção e ampliação do apoio financeiro público nacional e internacional. Neste sentido deve-se mencionar o importante papel levado a cabo pelos proprietários cuja exemplar colaboração deve continuar a ser um compromisso de continuidade que permita assegurar, a longo-prazo, o êxito dos trabalhos de conservação;

O lince-ibérico, como espécie emblemática que é, deve ser entendido no contexto do seu ambiente, o bosque mediterrânico, um dos grandes ecossistemas europeus sobre o qual as grandes políticas de desenvolvimento sustentável devem incidir, objectivo último para o qual têm que contribuir as administrações (local, regional, nacional e europeia), proprietários e a sociedade civil.